



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL	
Elizabete Maria da Silva	
Nely Tocantins	
Josita da Rocha Priante	
Thamara Nayme de Arruda Nascimento	
Oscar Zalla Sampaio Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1662131051	
CAPÍTULO 2	12
A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
Livia Almeida Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.1662131052	
CAPÍTULO 3	23
A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO	
Maria Lidia Mattos Valdivia	
DOI 10.22533/at.ed.1662131053	
CAPÍTULO 4	35
AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO	
Arminda Rachel Botelho Mourão	
Vanessa Fernandes Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1662131054	
CAPÍTULO 5	46
MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE	
Rosana da Silva Chagas	
DOI 10.22533/at.ed.1662131055	
CAPÍTULO 6	54
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)	
Conceição de Maria dos Santos Moura	
Maria D'Alva Macedo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131056	

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 14

DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Data de aceite: 21/05/2021

Elyelthon Silva Álvares

Pós-Graduando em Políticas Públicas pela UFMA

José Ramiro Esteves Ramos

Pós-Graduando em Políticas Públicas pela UFMA

RESUMO: Através de ensaio teórico, o artigo em questão estimula um debate reflexivo acerca de como a gestão democrática, garantida por força de lei e consolidada como um fato histórico na sociedade brasileira, em relação ao planejamento urbano das cidades, fragmenta-se e torna-se quase inexpressiva à medida que sai da teoria da lei para a prática. A problematização surge diante das exemplificações sobre a concessão de políticas públicas de planejamento urbano e a utilização da gestão democrática na construção destas, e sobre o que de fato é consolidado. Ressalta-se que apesar de avanços, a gestão democrática, no contexto urbano e de suas políticas públicas, contitue-se ainda como uma gestão centrada em decisões de viés visivelmente político.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão Democrática. Legislação. Planejamento Urbano.

FROM FACTS TO VERTIGENS: THE (DE)VALUATION OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR URBAN PLANNING IN BRAZIL

ABSTRACT: Through theoretical test, the article in question stimulates a reflective debate about how democratic management, guaranteed by law and consolidated as a historical fact in Brazilian society, in relation to urban planning of cities, fragmented and becomes almost inexpressive as it moves from theory of law to practice. The problematization arises in the face of exemplifications about the concession of urban public policies and the use of democratic management in the construction of these, and what is actually consolidated. It should be noted that despite advances, management democratic, in the urban context and in its public policies, it also consists of a management centered on decisions with a clearly political bias.

KEYWORDS: Democratic Management. Legislation. Master Plan.

1 | INTRODUÇÃO

“Dos fatos às vertigens: a (des) valorização da gestão democrática na construção de políticas públicas urbanas no Brasil”, é um artigo proposto sob a forma de um ensaio teórico, que objetivou proporcionar um debate temático acerca da gestão democrática da cidade, especificamente, nos caminhos entre a origem de formação e a consolidação desta

frente ao planejamento urbano no Brasil, confrontando o fato jurídico que a norteia e a prática efetiva de fato.

Tendo como objeto de estudo a gestão democrática, por meio da relação entre o que a lei indica e a prática concretizada durante o processo de construção das Políticas Públicas Urbanas, especialmente as de planejamento urbano no Brasil. A abordagem do objeto exemplificou-se ao longo do artigo por meio de algumas exemplificações disponíveis em notícias jornalísticas, estudos, teses, ensaios, dentre outros que relatam a gestão democrática como um fato jurídico de direito e a vertigem que esta resulta, não de forma genérica, mas predominante, na sua consolidação final.

Sendo assim, o vigente artigo assumiu uma natureza discursiva argumentativa, uma vez que apropriou-se de fontes primárias e secundárias que resultaram na sua estruturação crítica a respeito da Gestão Democrática nas cidades brasileiras a partir da lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade.

Para cumprir seus objetivos, o vigente artigo estruturou-se em em quatro seções primárias organizadas a fim de sintetizar o conteúdo pesquisado, analisado e criticado. A Seção 1 trata-se desta introdução, na qual somos apresentados ao contexto que envolve a pesquisa, ao seu objeto de estudo, aos seus objetivos e a sua estruturação científica. A Seção 2 aborda a relação dos instrumentos jurídicos relativos ao direito urbano e sua dinâmica acerca do planejamento urbano por meio da gestão democrática urbana.

Na Seção 3 abordou-se mais especificamente o processo de formação de políticas urbanas de planejamento no país, uma vez que atenua, através de casos, as relações vigentes entre os diversos agentes e interesses envolvidos e como a gestão democrática é afetada de forma significativa no que tange a sua finalidade. A seção 4 contou-se pelas conclusões obtidas, por meio da análise de conteúdo, sobre o tema proposto, na qual retirou-se e reiterou-se os dilemas que envolvem a gestão democrática relacionada ao contexto urbano do país, especialmente após a consolidação do Estatuto da Cidade em 2001.

2 | 2 ESTATUTO DA CIDADE, PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Prevista formalmente, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988, a questão urbana no Brasil passou a ter uma atenção significativa frente as estratégias e deveres do Estado e entes políticos, especialmente os municípios. Brito (2007, p. 2) a respeito da questão urbana no país afirma que: Para Duarte (1999, p. 43),

Seguindo essa celeuma mundial, o Legislador Constituinte inseriu na Carta de 1988 os artigos 182 e 183, nos quais encontra-se a abordagem do tema política urbana preconizando, ai, meios de efetivá-la, através de condições próprias e instrumentos a serem utilizados pelo Poder Público, destacando, ainda, a aprovação do Plano Diretor pelos Municípios (BRITO, 2007, P. 2).

Contudo, a previsão sobre o urbano apresenta-se de forma vaga dentro do texto Constitucional de 1988, uma vez que disponibiliza poucos meios, especificamente, como o Plano Diretor como ferramenta de efetivação da função social e do direito à cidade. “Art. 182. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (CF, 1988, P. 112).

Diante de tais circunstâncias, em face a aprofundar a regulamentação da questão urbana, é aprovada por unanimidade a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, simplesmente Estatuto da Cidade, que vem a ser referência em direito urbano no Brasil. “O Estatuto da Cidade (...) trouxe aplicabilidade às normas constitucionais, especialmente em relação aos princípios da função social da cidade e da propriedade urbana” (BASSUL, 2010, P. 72).

Neste sentido, Mazza (2013, p. 661) aludi que:

O Estatuto da Cidade é a lei geral sobre Direito Urbanístico no Brasil, um novo ramo do Direito Público nascido como uma especialização do Direito Administrativo e que tem por objeto os princípios e normas de proteção ao bem-estar das cidades (MAZZA, 2013, P. 661).

Com a instituição do Estatuto da Cidade, os entes políticos, especialmente os municípios ganharam maior autonomia e novas responsabilidades, mas principalmente instrumentos para que se possibilite o alcance da função social e do direito à cidade no país. Dentre estes diversos instrumentos disponibilizados pela nova lei, artigos 43 ao 45, encontram-se os dispositivos a serem implementados para garantir Gestão Democrática da Cidade nas questões urbanas. De acordo com o artigo 43 do Estatuto da Cidade (2001, p. 28), a gestão democrática da cidade pelos municípios poderá utilizar-se, dentre outros, de:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Observa-se contudo que destes instrumentos discriminados, os debates, as audiências e as consultas públicas, junto com a iniciativa popular de lei, apresentam-se talvez, como os mecanismos mais democráticos no que tange a participação popular direta no processo de construção das políticas públicas urbanas.

De acordo com Prieto (2010, p. 6), em uma conceituação simples e objetiva, “os debates e as consultas públicas seriam instrumentos de participação popular na

Administração Pública para cumprir o fundamento constitucional da publicidade e os direitos do cidadão à informação”. Já a audiência pública, de acordo com Moreira Neto (1992, p. 129) seria compreendida como:

Um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual (MOREIRA NETO, 1992, P. 129).

Nota-se que o debate, a consulta e a audiência pública cumprem um papel, pelo menos sob o ponto de vista do ordenamento jurídico, um papel fundamental na colaboração da população com as decisões a respeito da construção, aplicação e efetivação das políticas de questões urbanas no país. Observa-se também que ambas correlacionam-se, uma vez que tanto as consultas quanto as audiências públicas geram debates públicos e teoricamente uma posição da administração pública a atender da forma menos danosa possível as aspirações da população envolvida.

Contudo, quando parte-se para uma análise mais aprofundada acerca da ação prática sobre a gestão democrática nas questões urbanas do Brasil, principalmente sobre o planejamento urbano via plano diretor, a teoria sobre este tipo de gestão abordada pela legislação, no caso o Estatuto da Cidade, mostra-se praticamente vertiginosa diante destas.

Tais processos fragmentam-se significativamente, uma vez que a formulação do planejamento urbano envolve vieses que variam entre o administrativo, que atuações fundamentais voltadas para a realização de melhorias para a sociedade e político que tem decisões envolvendo conflitos de interesses (PORTAL POLITIZE, 2016).

Sendo assim, no Capítulo subsequente, abordaremos como o processo de construção da gestão democrática da cidade, especificamente o debate, as audiências e a consulta pública do Estatuto da Cidade, ocorre como um fato jurídico indisponível e os caminhos que levam, na maioria dos casos, às políticas urbanas, principalmente a elaboração do plano diretor, que em sua consolidação prática não passam de uma vertigem no que tange a sua efetividade real frente ao que a Lei de fato determina.

3 | AGENTES, INTERESSES E CONFLITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Antes de adentrar-se na temática sobre a relação da teoria (da lei) vs a prática (da gestão democrática) via debates, consultas e principalmente audiências públicas a respeito do planejamento urbano de municípios brasileiros, torna-se fundamental um entendimento breve sobre a relação destas com o viés que a administração pública adota durante o processo de constituição e implementação de tais políticas públicas.

O portal Politize (2016) apresenta, conforme abordamos anteriormente, que as Políticas Públicas assumem dois estilos, vieses, totalmente distintos, um político e um

administrativo. Neste sentido, a realidade brasileira permite uma predominância significativa do viés político das políticas urbanas, mas sem anular totalmente as administrativas.

Isso se dá devido, pois, segundo colocações de Paludo (2013, p. 312), as Políticas Públicas congregam atores políticos, técnicos e administrativos, públicos, privados e oriundos do terceiro Setor. Assim, a diversificação dos atores somada a especificidade das políticas públicas contribuem expressivamente na sua efetividade prática.

Quando todos estes atores unem-se em uma política urbana essencial, como a definição de um plano diretor urbano, a gestão democrática acaba atenuando-se fortemente para o viés político, principalmente pela força social, econômica e política das classes envolvidas. Assim, Goulart, Terzi et al (2016, p. 1) endossam tais colocações quando afirmam em seus estudos que:

A efetividade de planos diretores participativos em um contexto paradoxal no qual emergem, de um lado, a exigência legal de fazer planos com base na função social da propriedade e em processos participativos e, de outro, forte pressão para que os municípios atraíssem investimentos e replicassem o modelo do empresariamento urbano em suas políticas públicas.

Como resultado, o conflito assume dimensões que a depender do contexto e do “poder estrutural” dos envolvidos, trás para a questão do palnejamento urbano posições da gestão municipal que em suma acabam destoando-se significativamente daquilo que a Lei propõe inicialmente, não pelo descumprimento da Lei em si, mas pelo fato desta, poder ser interpretativa, dentro de uma lógica que não à configura ilegal, na maioria dos casos.

Quem nos explica muito bem tal paradigma a respeito do conflito político sobre tais vieses das políticas públicas, não só de palnejamento urbano, mas de forma geral, é Capella (2018, p. 16) quando afirma, com base em Schattschneider (1960), que:

Para Schattschneider (1960), o conflito consiste na base de qualquer atividade política. Todo conflito, quando explorado pelas organizações políticas, pode se expandir e se transformar numa questão política, enquanto outros conflitos serão suprimidos por essas mesmas organizações. A expansão dos conflitos se desenvolve por meio daquilo que o autor denominou como “mobilização de viés” (mobilization of bias). Todo conflito se estabelece, inicialmente, entre dois grupos: o primeiro é composto por alguns poucos indivíduos engajados diretamente no conflito, e o segundo por um grande número de espectadores. O resultado final, afirma Schattschneider, depende do envolvimento da audiência: os interessados em explorar o conflito e transformá-lo numa questão política mobilizarão apoio popular, buscando torná-lo cada vez mais politizado por meio do engajamento daqueles que inicialmente não estavam envolvidos. Conforme a expansão de um conflito se processa, sua natureza, os atores envolvidos e as definições das questões se alteram.

Diante das abordagens feitas, explorando a visão de estudiosos como em Paludo (2013), Capella (2018), Goulart, Terzi et al (2016), a respeito dos elementos e fatores envolvendo a política urbana, o Plano Diretor apresenta-se, talvez, como o mais complexo e conflituoso dos municípios brasileiros.

Com o aprimoramento dos Planos Diretores, após o Estatuto da Cidade, por meio de novas ferramentas, a gestão democrática em tese incorpora para a sociedade urbana uma gama de soluções para a cidade, porém, epressamente dispersas em suas interpretações no que diz a respeito a sua criação, implementação e efetivação.

Os exemplos sobre os conflitos envolvendo os Planos Diretores e as políticas públicas urbanas nas cidades do país são muitos, e denunciam expressamente a já abordada disparidade entre o que a Lei conclama e o que de fato se efetiva. Isso acontece em grande parte, pois de acordo com as colocações de Tonella (2013, p.31):

Concretamente, a nova orientação constitucional aponta para o abandono da ideia de planejamento urbano e substitui-a pela concepção de gestão, mostrando quais os elementos que as prefeituras dispõem para gerir recursos, no sentido de uma maior equidade.

Em suma, subentende-se que a robusta autonomia concedida pela Constituição Federal aos municípios permitiu a estes, mesmo dentro de uma obrigatoriedade de planejamento urbano, a priorização dentro dos programas de estado, mas principalmente de governo, a adequação dos recursos no atendimento as prioridades de setores específicos das cidades, principalmente os de capital imobiliário de perfil majoritariamente especulativo.

Tomando-se algumas exemplificações, dentre os diversos casos acerca deste tipo de conflitos difusos da gestão democrática, de fatos ocorridos em alguns municípios brasileiros cita-se a situação ocorrida durante a elaboração do projeto intitulado “Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro. Durante este, muitos pontos conflitantes surgiram a acerca dos reais impactos e de quem seriam os maiores beneficiários.

Durante sua execução, a partir de 2009, muitos conflitos surgiram, especialmente sobre as remoções e a destinação de grande parte dos recursos públicos para aporte de projetos privados. Passados dez anos de sua implantação, o Porto Maravilha apresenta dualidades em seu processo urbano, principalmente entre sua finalidade e sua realidade vigente, onde a gestão participativa, especialmente dos mais pobres que residiam dentro dos limites de tal aparenta ter sido burlada diante de interesses maiores. Pinho e Moreira (2019, p. 56) enfatizam:

“Ao que parece, estamos ante a um momento de interstício. São evidentes as transformações na estrutura urbana em uma parcela desse território, em especial na espacialidade que aqui identificamos como do grande capital imobiliário, promovida por uma grande massa de recursos (e terras) oriundos do fundo público e também de capitais privados investidos na região, onde ocorreram as grandes obras e a remoção de grande parte das ocupações.”

Assim, observa-se que mesmo tendo processos de audiência pública, com a participação dos envolvidos, o projeto do Porto Maravilha consolida-se hoje como uma política urbana que atendeu mais aos interesses do capital, especificamente do imobiliário e turístico do que o social dos mais vulneráveis presentes dentro do projeto.

Na cidade de São Paulo, em 2014, enfrentou semelhante dilema na elaboração de seu Plano em relação a interesses do setor imobiliário da cidade acerca da aprovação da lei de zoneamento. No contexto vigente as inquietações deram-se devido a velocidade das audiências públicas para a aprovação do Plano Diretor, o que para muitos envolvidos dos mais variados setores da sociedade, tal velocidade não passava de maquiagem em forma de formalidade para atender tais interesses maior do setor em questão.

Tais fatos fizeram com que a Justiça do Estado de São Paulo intervisse de forma impositiva o objetivo de sanar tais ações do governo municipal da capital sobre a velocidade e falta de profundidade dos diálogos sobre o Plano nas audiências públicas com a sociedade local. Informações do Portal de Notícias Rede Brasil Atual (2014) citam que o juiz afirmou que nas audiências públicas dos dias 5 e 6, deste mês em questão, havia dois textos diferentes sobre o mesmo assunto, o que “confundia os presentes”.

Em São Luís, Capital do Estado do Maranhão, outro exemplo de como a gestão democrática sucumbe aos interesses maiores, dar-se devido o fato de que o ente público municipal tentar, durante a revisão do Plano Diretor em 2019, a transformação de parte da zona rural do município em zona urbana, além de áreas de reserva, mesmo tendo como resultado por parte dos representantes da zona rural posicionando-se contra tal proposta. Reportagem do Jornal O Imparcial (2019) sobre o tema mostra que apesar de audiências públicas para discutir o Plano Diretor, ainda há questionamentos sobre as propostas discutidas, como a redução da área rural.

Assim como os exemplos abordados anteriormente, as pautas relacionadas a gestão democrática no processo de delineamento das políticas públicas de planejamento urbano no país ainda são muito acirradas, apesar de existirem casos de sucesso. Tais fatos ocorrem sempre seguindo uma determinada linha onde existe a predominância de um interesse superior, onde nas grandes e médias cidades o capital imobiliário acirra as disputas dentro do processo democrático, e os faz serem apenas meros dispositivos de formalidade do processo, sem de fato uma efetividade na realidade social da cidade.

Recentemente, um tema bastante controverso está sendo apresentado pelo governo federal. Trata-se da Medida Provisória 881 ou simplesmente MP da liberdade econômica, que fora aprovada como Lei 13.874. Tais críticas a tal mecanismo liga-se uma vez que opiniões e análises dos envolvidos divergem nos seus impactos sobre o planejamento urbano das cidades no Brasil. Em matéria de 26 de julho de 2019, meses antes da aprovação da MP, o portal da revista Valor Econômico, publicara que:

A Medida Provisória (MP) 881, da “Liberdade Econômica”, aprovada na comissão mista do Congresso e ainda dependendo de votação nos plenários da Câmara e do Senado, trouxe três dispositivos direcionados para a área ambiental. O primeiro libera exigências para instalações de painéis e sistemas de energia solar. Os outros dois afetam os planos diretores dos municípios, proibindo exigência de garagens em prédios e demandando estudos de impacto ambiental em obras que possam gerar afastamento de pessoas das regiões centrais das cidades (PORTAL VALOR ECONÔMICO, 2019).

Os impactos deste novo dispositivo, que estabelece diretrizes gerais sobre a questão econômica do país, ainda não podem ser mensurados de forma clara e objetiva diante do contexto. Porém, os pontos críticos acerca da interferência do dispositivo sobre o planejamento urbano dos municípios é uma questão extremamente grave se levar-se em consideração as peculiaridades e conflitos destes que já impactam no seu planejamento e que pode vir a ser totalmente desestruturante no já frágil processo de gestão democrática das cidades brasileiras.

A sinalização de um desgaste cada vez maior das relações democráticas, compromete de forma acentuada as conquistas legais adquiridas pelas cidades em relação ao direito à cidade e a sua função social, que em suma já se constituem em meras vertigens na maioria dos casos, mas correm o risco de serem meras miragens jurídicas frente ao avanço dos interesses econômicos sobre a cidade.

Pinheiro (2014, p. 75) ressalta que na gestão democrática da cidade “a grande tendência é ainda a participação de fachada que visa tão somente angariar legitimidade as políticas implementadas pelos governos”. Neste cenário, Pinheiro (2014) ressalta que os condicionantes da gestão urbana democrática são fundamentais para evitar tais desvios.

O primeiro condicionante firmaria-se na desconstrução de inverdade embasadas por aqueles que resistem a participação popular e conseqüentemente as mudanças sociais da cidade. O segundo asseguraria as condições para a efetiva participação na política urbana (RONILK 1988) e o terceiro trataria do enfrentamento real aos problemas estruturais causadores das desigualdades nas nossas cidades (PINHEIRO, 2002).

Ressalta-se porém, que não apenas o componente político é o principal agente de descaracterização do processo de gestão democrática da cidade. As divergências sociais entre os grupos informais da sociedade também contribuem significativamente para o fracasso do processo de gestão por todos.

Um caso bem conhecido deste tipo de intervenção negativa de um grupo social no processo democrático foi, segundo o Jornal O Globo (2011), quando “Moradores do bairro nobre de Higienópolis, em São Paulo, conseguiram fazer com que o governo paulista desistisse de construir uma estação de metrô na avenida Angélica, uma das principais vias locais”. Sendo que o principal motivo alegado por tal grupo era que o bairro seria frequentado por classes mais baixas devido a nova linha de metrô, sendo ignorado as reais necessidade dos demais cidadãos que utilizam o transporte público da cidade de São

Paulo.

Contudo, cada vez mais a sociedade concientiza-se da importância democrática da cidade na sua vida como indivíduo e como coletividade social. A organização de grupos civis cada vez mais estruturados como movimentos em defesa da moradia, de comitês gestores de espaços públicos, dentre outros, mantém viva de alguma forma a ação prática da gestão democrática por parte do que a lei de fato determina, mesmo com as constantes pressões de movimentos do capital, em especial o imobiliário que ainda cerceiam os debates democráticos sobre as cidades brasileiras.

4 | CONCLUSÃO

O território brasileiro, por meio de sua construção histórica, sempre foi um espaço de constantes disputas e interesses, sejam elas sociais, econômicos, culturais, dentre outros. As cidades, por sua natureza dinâmica, é onde as disputas mostram-se com maior veracidade e constância dentro do território, especialmente no processo de definição dos delineamentos da cidade. A política urbana introduzida pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, foram os primeiros arcabouços jurídicos voltados para esta questão de forma mais delimitada, a fim de unificar os dilemas difusos sobre a construção da cidade brasileira.

Contudo, apenas tais dispositivos não foram suficientes, devido a sua generalidade e difusão acerca dos reais níveis de desenvolvimento urbano vigentes no país. A regulamentação deste veio através da lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 que trata do Estatuto da Cidade e seus objetivos na busca constante do direito à cidade e o cumprimento de sua função social no que diz a respeito ao seu planejamento urbano via plano diretor, principal instrumento de desenvolvimento das cidades previstos nesta nova Lei.

Prevista no Capítulo VI do Estatuto da Cidade, a gestão democrática da Cidade constroeu-se juridicamente como perfeita, pois prevê um conjunto de ações que em tese permitiria um debate profundo sobre a cidade ideal para todos aqueles que nela vivem, como os órgãos colegiados, audiências públicas, iniciativas populares, dentre outros. A fineza da letra da lei sem dúvidas proporciona, em um plano não prático, o fato ao sucesso, uma vez que todos podem ser “ouvidos” no processo das Políticas Públicas de planejamento urbano das cidades brasileiras.

No decorrer do ensaio, compreendemos, de forma objetiva, como de fato a gestão democrática da cidade no Brasil segue linhas tênues no que diz a respeito da sua trajetória a beira da perfeição da lei a sua desmantelada realidade, quase sempre, marcada pelos interesses e conflitos, sejam eles de um mesmo grupo social ou do social versus o capital mais representativo do Planejamento Urbano, o imobiliário.

Através de exemplificações de fatos retratados por meios de comunicação, observamos apenas uma amostra das muitas facetas da Gestão Democrática e seu

processo de, um lado, uma valorização apenas por mero protocolo formal, ou seja seguindo os ritos da legitimidade e por outro como a luta constante dos envolvidos desfaz este direito e o torna apenas um vislumbre na realidade da cidade e de todos.

Ressalta-se que a Gestão Democrática acima de tudo, visa a convergência de interesses e a intercessão de sinergias para que sejam atendidas as demandas gerais em primeiro lugar para a cidade e seus cidadãos.

Os constantes conflitos entre capital, sociedade e principalmente entre seus grupos específicos somado a inerência na maioria das vezes do poder público, no que tange ao seu papel de decisão, e não apenas de mediador, coloca essa importante ferramenta em constante ciclos de subutilização, o que a torna apenas uma fonte ineficaz na garantia de direito à cidade e sua função social diante de seu real potencial.

REFERÊNCIAS

BASSUL, J. R. **Estatuto da cidade: a construção de uma lei.** In_ O Estatuto da Cidade Comentado/ The City Statute of Brazil : a commentary/ organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal.** Brasília-DF, 1988.

_____. **Estatuto da Cidade e Desenvolvimento Urbano. Senado Federal.** Brasília-DF, 2012.

BRITO, R. A. B. de. **Política Urbana e a Constituição Federal de 1988: a função social da propriedade privada, os instrumentos de efetivação e a questão social da moradia.** In_ III Jornada Internacional De Políticas Públicas Questão Social E Desenvolvimento no Século XXI. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/daefb349ba3cce786387Raphael%20Almeida%20Bas%C3%ADlio%20de%20Brito.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020 às 09h39min.

CAPELLA, A. C. **Formulação de Políticas.** Brasília: Enap, 2018.

GOULART, J. O. TERCI, E. OTERO, E. V. **Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n3/0034-7612-rap-50-03-00455.pdf>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020 às 22h34min.

JORNAL O GLOBO. **Governo paulista desiste de construir estação do Metrô em Higienópolis.** Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-paulista-desiste-de-construir-estacao-do-metro-em-higienopolis-2770984>>. Acesso em 20 de junho de 2020 às 13h50min.

JORNAL O IMPARCIAL. **Redução de área rural da Ilha gera polêmica no Plano Diretor.** Disponível em :< <https://oimparcial.com.br/politica/2019/02/reducao-de-area-rural-da-ilha-gera-polemica-no-plano-diretor/>>. Acesso em 2 de abril de 2020 às 19h04min.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo.** 3ª edição, Ed. Saraiva. São Paulo-SP, 2013.

MOREIRA NETO, D. de F. **Direito de Participação Política: legislativa, administrativa, judicial – fundamento e técnicas constitucionais de legitimidade**. Editora Renovar, Rio de Janeiro-RJ, 1992.

PALUDO, A. **Administração pública**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2013.

PINHEIRO, O. M. **Gestão Pública Municipal: Plano Diretor e gestão urbana**. In_ Programa nacional de formação em administração pública. Universidade Aberta do Brasil-UAB, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2014.

_____, O. M. **Estatuto da Cidade: o jogo tem novas regras**. Belo Horizonte: Realização CREA/MG, 2002.

PINHO, T. A. do. MOREIRA, P. **A operação urbana consorciada porto maravilha dez anos depois: por onde sopram os ventos?**. In_ Cartografias do conflito : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / organizadoras Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

PORTAL POLITIZE. **Políticas públicas: o que são e para que existem**. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020 às 17h11min.

PORTAL REDE BRASIL ATUAL. **Justiça suspende audiências públicas do Plano Diretor de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/04/justica-suspende-audiencias-publicas-do-plano-diretor-de-sao-paulo-1197/>>. Acesso em 20 de março de 2020 às 08h12min.

PORTAL VALOR ECONÔMICO. **MP da ‘liberdade econômica’ prevê mudanças em plano diretor de cidades**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fWUTqI2-8jYJ:https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/07/26/mp-da-liberdade-economica-preve-mudancas-em-plano-diretor-de-cidades.ghtml+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 1 de abril de 2019 às 20h33min.

PRIETO, É. **Audiências, debates e consultas públicas: instrumentos decisórios de planejamento e gestão municipal no Brasil**. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper534.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020 às 13h57min.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense. São Paulo-SP, 1988.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **The Semi-Sovereign People**. New York: Winston, 1960.

TONELLA, C. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n1/03.pdf>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020 às 20h11min.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 